

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.434 - RJ (2019/0219442-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE** : **INSTITUTO DE UROLOGIA E NEFROLOGIA LTDA**  
**ADVOGADOS** : **FRANCISCO DE PAULA NUNES DA SILVA - RJ057676**  
                  **RAPHAEL TATAGIBA NUNES DA SILVA - RJ148879**  
                  **THIAGO FONTES DA SILVA - RJ173352**  
**EMBARGADO** : **MUNICIPIO DE NITEROI**  
**PROCURADOR** : **ANDREA CARLA CINTRA ARAUJO GUEDES BARBOSA E**  
                  **OUTRO(S) - RJ155684**  
**EMBARGADO** : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR** : **RUDY TAVARES RIBEIRO E OUTRO(S)**  
**INTERES.** : **DANIELE MACHADO DE ASSIS**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração, recebidos como agravo interno, opostos por **Instituto de Urologia e Nefrologia Ltda.** contra decisão da Presidência do STJ, que negou conhecimento ao recurso especial em razão de sua intempestividade.

Nas razões do agravo interno, a parte sustenta que houve duplicidade de intimação, de modo que, a despeito de a publicação do *decisum* no DJE ter ocorrido no dia 19/4/2018, a intimação eletrônica ocorreu apenas no dia 2/5/2018, tendo o prazo recursal se iniciado em 3/5/2018 e findado em 23/5/2018.

Requer a reconsideração do *decisum*, ou a submissão do feito ao julgamento colegiado.

Impugnação às fls. 359/362.

À fl. 368, a parte traz aos autos certidão do TJRJ que atesta a intimação tácita da agravante, referente ao acórdão recorrido, no dia 2/5/2018.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A jurisprudência do STJ já se firmou no sentido de que "*em caso de duplicidade de intimação em processo regido pela Lei n. 11.419/2006, deve prevalecer a intimação eletrônica*" (**EDcl no AgInt no AREsp 1.293.252/RJ**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/8/2019, DJe 28/8/2019). A propósito:

*AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. INTIMAÇÃO NO DJE E INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. PREVALÊNCIA DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. EXEGESE DO ART. 5º DA LEI 11.419/2006. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL. INVIABILIDADE DE CONHECIMENTO DO AGRAVO.*

*1. Controvérsia acerca da contagem de prazo recursal na hipótese de duplicidade de intimações, um via DJe e outra via portal eletrônico de intimações.*

*2. "As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico" (art. 5º, 'caput', Lei 11.419/2006, sem grifos no original).*

*3. Prevalência da intimação eletrônica sobre a intimação via DJe, na hipótese de duplicidade de intimações. Entendimento em sintonia com o CPC/2015.*

*4. Contagem do prazo recursal a partir da data em que se considera realizada a intimação eletrônica, sendo tempestivo o agravo em recurso especial interposto nestes autos.*

*5. Positivação do princípio da dialeticidade no sistema recursal brasileiro, conforme se depreende da norma do art. 932, inciso III, do CPC/2015.*

*6. Inadmissibilidade do agravo cujas razões não se mostram suficientes para impugnar especificamente os fundamentos da decisão que inadimitiu o recurso especial (cf. art. 1.021, § 1º, do CPC/2015).*

*7. Inviabilidade de conhecimento do agravo em recurso especial, ainda que por outro fundamento. 8. Distinção entre sucumbência de pedido e sucumbência de fundamento.*

*9. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

**(AgInt nos EDcl no AREsp 1.430.159/RJ, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 8/10/2019, DJe 17/10/2019)**

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERPOSIÇÃO INTEMPESTIVA. NÃO CONHECIMENTO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL. PRECEDENTE. CORTE ESPECIAL. DUPLICIDADE DE INTIMAÇÕES. PREVALECIMENTO DA PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA ELETRÔNICA.*

**PRECEDENTES.**

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, chamada à interpretação do art. 1.003, § 6.º, do CPC/2015, consolidou o entendimento de que a comprovação da tempestividade do recurso deve ocorrer no ato de interposição, inclusive quanto aos eventuais feriados locais, pena de não conhecimento, não admitindo atuação corretiva posterior da parte. Inteligência do AREsp 957.821/MS, relatora para o acórdão a Em. Ministra Nancy Andrighi.

2. Na hipótese de duplicidade de intimações, uma por acesso aos autos eletrônicos e outra por publicação na imprensa oficial, o "dies a quo" inicia-se com esta, que deve prevalecer. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.448.288/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 3/9/2019, DJe 5/9/2019)

**PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DUPLICIDADE DE INTIMAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE TEMPESTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 141 E 492 DO CPC/2015. INEXISTENTE. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.**

*I - Cinge-se a controvérsia em definir o ato de intimação considerado válido para fins de interposição do agravo quando, no processo regido pela Lei n. 11.419/2006, há intimação eletrônica específica dirigida ao causídico acompanhada publicação via DJe.*

*II - Observa-se que à fl. 448, e-STJ, consta certidão de publicação via DJEERJ datada de 23/3/2017 e que, à fl. 449, e-STJ, há intimação eletrônica dirigida à advogada da agravante expedida no dia 21/3/2017.*

*III - Conforme jurisprudência desta Corte, em caso de duplicidade de intimação, deve ser levada em consideração a intimação eletrônica.*

*Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 903.091/RJ, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 16/3/2017, DJe 27/3/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 981.940/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/5/2017, DJe 16/6/2017.*

*IV - Verifica-se tratar de intimação tácita prevista no § 3º do art.*

*5º da Lei n. 11.419/2006. Extrai-se, portanto, às fl. 449 - e-STJ, que o recebimento da intimação se deu em 31/3/2017.*

*V - Mostra-se tempestivo o agravo interposto no dia 17/4/2017,*

*motivo pelo qual afasto o óbice da tempestividade e passo a analisar as razões recursais.*

*VI - A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.*

*VII - No tocante aos dispositivos legais tidos como violados, ou seja, os arts. 128 e 460 do CPC/73, atuais arts. 141 e 492 do CPC/2015, verifica-se que a irresignação da parte recorrente acerca da base de cálculo a ser adotada para o pagamento do ITBI vai de encontro às convicções do julgador a quo, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, concluiu que deve ser considerado a base de cálculo do ITBI o valor venal dos imóveis, na ocasião em que efetivado o registro das escrituras de transferência das propriedades.*

*VIII - Verificou-se que "o julgamento da ação anulatória independe dos resultados dos processos administrativos, sendo descabida a pretensão de "resguardar-se" tais resultados para fins de definição da base de cálculo do tributo".*

*IX - Rever o entendimento consignado pela Corte a quo requer revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial." X - Agravo interno improvido.*

**(AgInt no AgInt no AREsp 1.180.531/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)**

Nesse contexto, tendo em vista que a certidão colacionada à fl. 368 afirma que a intimação tácita do ora recorrente ocorreu em 2/5/2018, é forçoso concluir que o prazo para interposição do recurso especial findou em 23/5/2018, data na qual o apelo nobre foi protocolado.

Assim, melhor compulsando os autos e exercendo o juízo de retratação facultado pelo arts. 1.021, § 2º, do CPC/2015 e 259 do RISTJ, **reconsidero** a decisão agravada, tornando-a sem efeito.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator